



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DIFERENCIADA

Jyullia Carla da Silva Ferreira, UFPB

Kym Kanatto Gomes Melo, UFPB

Paulo Roberto Palhano Silva, UFPB

RESUMO

Este artigo tem como propósito relatar a pesquisa desenvolvida na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, situada na cidade de Rio Tinto-PB, como as ações desenvolvidas pelos graduandos da Universidade Federal da Paraíba- Campus IV- Litoral Norte, com o intuito de identificar o modelo de gestão desenvolvido na referida escola e promover o diálogo sobre a gestão escolar indígena e a necessidade do resgate da cultura para os povos indígenas, que por muitos anos foi usurpado esse direito. Com isso, temos a perspectiva de ampliar os saberes vivenciados na prática da gestão escolar a través das ações realizadas no âmbito da pesquisa.

PALAVRAS CHAVES: 1.Gestão democrática. 2. Educação diferenciada. 3. Povo indígena

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo relatar as ações realizadas juntamente à comunidade escolar indígena, especificamente na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, situada na cidade de Rio Tinto-PB pelos graduando da Universidade Federal da Paraíba- Campus IV- Litoral Norte. As pesquisas e desenvolvimentos das ações partiram do objetivo de promover o dialogo a respeito da gestão escolar Indígenas, tendo em vista os reflexos socioculturais da comunidade Indígena Potiguara, a fim de promover a garantia do conhecimento mundial, sem negar a especificidade cultural e a identidade do povo indígena.

No âmbito da gestão, existem diferentes práticas, formas de aplicações e metodologias, as quais retratam a forma como vem sendo vivenciada a gestão democrática e participativa na comunidade Indígena Potiguara, práticas essas que envolvem o contexto sociocultural, o qual deve ser delimitado durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico, sendo este um documento norteador das ações a serem desenvolvidas na escola.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Assim, a gestão democrática promove a prática participativa na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, em que reúne todos os sujeitos participantes (gestores, professores, lideranças indígenas, pais, alunos, entre outros), nas tomadas de decisões da escola, referente às ações desenvolvidas que possibilite a transformação social, identificação das dificuldades que a escola possa enfrentar. Partindo desses princípios a escola procura alternativas que possam melhorar o ensino e aprendizagem, tendo em vista que o mundo está em processo contínuo de transformação e impõem mudanças.

Para que não seja esquecida a cultura da comunidade Indígena Potiguara, a escola procura adequar os conteúdos curriculares estabelecidos pelo Ministério da Educação, com o conhecimento local, o ensinamento da cultura Indígena Potiguara, promovendo o resgate da cultura que estava de certa forma, esquecida pelos sujeitos das novas gerações.

GESTÃO ESCOLAR COMO PRÁTICA PARA TRANSFORMAÇÃO

O significado da gestão parte da intenção de organizar e gerenciar uma instituição social ou outro estabelecimento, em que desenvolve e transforma metas e objetivos traçados pelas instituições educacionais em ações. A gestão é entendida como processo político, em que, os gestores estão diante de um grande desafio de compreender todo processo que envolve o meio educacional a partir da realidade apresentada a eles, assim “a gestão escolar pode torna-se uma *práxis* na medida em que se torna consciente de seu papel na superação desses conceitos baseados nos paradigmas do sistema capitalista” (SÁ, 2011, p.89).

A gestão se torna uma prática transformadora, quando tem a possibilidade de refletir sobre a realidade, e que para isso, é necessário que haja uma interação de todos, buscando se conscientizar do seu papel para poder de melhorar o meio social que envolve a escola.

Para que a gestão democrática aconteça de forma eficaz, é necessário que ela seja formada por alguns componentes básicos, como: Constituição do conselho escolar;



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Elaboração do projeto político pedagógico de maneira coletiva e participativa: definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, professor, dirigentes, estudantes, equipe técnica; eleição direta para diretor. Segundo CARMO (2010), a gestão democrática “é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia”.

Por se tratar de uma escola que está localizada na comunidade Indígena, o modo de gerir é de alguma forma diferenciada, pois além de envolver os aspectos socioculturais da comunidade, a escola também recebe alunos de outras localidades. O gestor deverá ter um olhar observador para realidade, tendo em vista, ter a responsabilidade de fazer com que a comunidade escolar participe das tomadas de decisões da escola. A partir desse olhar para realidade o gestor favorece a democracia no âmbito escolar, de acordo com Sá (2011, p.75), entende-se que a vivência da democracia é um processo a ser construído e fortalecido, assim esse processo deve ser construído com a união de todos partindo do o desejo de conquistar um bem comum que é uma educação de qualidade.

LDB E ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Por muito tempo os ensinamentos da cultura indígena foram esquecidos das suas comunidades, usurpadas pelos colonizadores, que introduziram de maneira invasiva os costumes e ensinamentos trazidos por eles, com isso, existiu a necessidade de recuperar de forma legítima a educação formal com características próprias e diferenciadas, pautada nos eixos específicos e culturais. A partir da Constituição Federal de 1988 a educação indígena obteve um maior reconhecimento e valorização da cultura, levando a uma expansão da cultura indígena. De acordo com GRABNER:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 09/01/2001), nas quais é abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, caracterizada pela utilização das línguas maternas, pela valorização dos conhecimentos



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

tradicionais e saberes milenares e pela capacitação de professores indígenas para atuarem em suas próprias comunidades (GRABNER, 2012).

Assim, as comunidades indígenas passaram a dispor de seus próprios processos de socialização e formação de pessoas com o objetivo de atingir fins educacionais. Conforme o documento: Referencial Curricular Nacional de Educação para Escolas Indígenas do Ministério de Educação:

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros: são valores e mecanismo da educação tradicional dos povos indígenas. (BRASIL, 2005, p. 23).

A educação também acontece de forma informal, ou seja, nos espaços não escolares, pautada no conhecimento popular manifestado pela comunidade, a educação passada para outras gerações, garantindo a expansão dos ensinamentos culturais existente na comunidade.

Para que existisse uma educação intercultural, foi necessário que houvesse uma mudança na educação indígena, para isso foi criado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) que apresenta ideias básicas e sugestões acadêmicas para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental e que assim o ensino possa atender melhor as comunidades indígenas.

A partir daí, fica concretizado a importância da educação Indígena, que durante muito tempo foi usurpada pelos colonizadores, que de maneira invasiva introduziram sua educação de aculturação e destruição dos costumes vividos nas comunidades, portanto, existe a necessidade de recuperar de forma legítima a educação formal com características próprias e diferenciadas, pautada nos eixos específicos e culturais.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A educação Indígena tem se firmando de maneira positiva, através do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. (RECNEI), que conhece e incentiva a construção de programação feita a partir de projetos históricos e étnicos específicos. Assim, conforme BRASIL (2005):

A escola não deve ser vista como único lugar de aprendizado, também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos de educação tradicional dos povos Indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacional adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual (BRASIL, MEC,2005).

Diante disso, é essencial que haja políticas públicas interessadas em efetivar de maneira eficaz, o direito a educação específica diferenciada, possibilitando que a educação Indígena seja reconhecida como um importante mediador da reconstrução histórica das tradições Indígenas. Assim, de acordo com o decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, constitui que:

Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI.

Art. 2º As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

Estimular o ensino diferenciado é promover igualdade entre os povos, considerando a necessidade de envolver conteúdos necessários para a sobrevivência em sociedade,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

visando a melhoria na qualidade da sua formação, enquanto cidadão indígena protagonista da comunidade, que luta e busca por uma educação eficaz e igualitária em âmbito local e nacional.

METODOLOGIA

As pesquisas foram realizadas na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Drº José Lopes Ribeiro, endereçada na Rua São João s/n- Mont Mor, situada no município de Rio Tinto, com a portaria de aprovação de número 8.964 da referida data de 12/04/1981, tendo com o Ato de Reconhecimento: RECCE 340/01. No ano (2013) em que a pesquisa foi realizada a escola tinha como gestora a Senhora Maria da Penha Gomes com a portaria de nomeação: 165916-2.

Em 02 de março de 2009, houve a retomada da Escola Estadual Indígena De Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, pois antes a escola pertencia ao Governo do Estado da Paraíba. Essa retomada se deu pelo fato da escola se encontrar localizada dentro da Aldeia Monte Mor. Por isso, sentiu-se a necessidade de resgatar a história cultural da comunidade, sendo a escola um espaço de busca pelos mais variados saberes, nada melhor de que começar esse resgate histórico a partir das práticas desenvolvidas com os alunos no intuito de manter viva a cultura Potiguara.

A partir da retomada, a escola agregou em seu currículo uma educação diferenciada, resgatando a história através das disciplinas complementares, sendo elas: Etino Estória (são relatos da estória contada pelo povo; crenças, lendas, plantas medicinais), Arte e cultura (resgata a pintura, o Toré, as músicas, os símbolos indígenas), a língua Tupi (trabalha o vocabulário indígena).

A escola oferta os seguintes níveis de ensino: a Educação Infantil (pré-escolar I e II), os Ensino Fundamental I, esses sendo ofertados nos turnos da manhã e trade, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, esses sendo ofertados no turno da tarde, e a Educação Jovens e Adultos (EJA), sendo ofertado no turno da noite.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

O modelo de gestão identificada na escola é democrático, pois desenvolve ações juntamente com a comunidade para a melhoria do ensino, como também na construção e execução dos seus planos que reuni pais, alunos, professores, gestores, conselho escolar e os reflexos socioculturais, diferenciada por a escola esta localizada em uma comunidade indígena.

A educação trabalhada na escola é de forma similar com as demais escolas da cidade, pois são adotadas as mesmas práticas educativas do MEC. Por outro lado, permite uma educação diferenciada em que trabalha a permanência da cultura, mantendo um maior contato com a natureza, a importância das pinturas no corpo a qual representa toda uma simbologia a que se destina a um significado da cultura, cultua uma visão de crescimento do reconhecimento resgatando e mantendo suas origens, respeitando seus antepassados que são reverenciados nos rituais (Toré).

Após essas mudanças passou a haver uma grande melhoria nas escolas da aldeia Monte Mor devido à introdução dessas novas disciplinas, buscando sua própria identidade, resgatando as origens. A junção de professores alunos e outras comunidades indígenas Potiguaras, como a comunidade da Baía da Traição, que se reuniram para fazer algumas cartilhas que fala de toda a cultura do povo Potiguara para que sejam trabalhados em sala de aula, como textos e ilustrações feitos por eles mesmos.

RESULTADOS

As pesquisas realizadas na escola nos ajudou a entender melhor o modelo de gestão estabelecido na Escola Estadual Indígena De Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, por isso, promovemos na escola um diálogo com a gestora, professores, alunos, para que todos passassem a compreender a gestão democrática diferenciada na comunidade Indígena Potiguara, pois a escola também atendia alunos de outras comunidades, que não pertenciam a comunidade indígena.

A partir desse diálogo foi possível compreender os reflexos sociais que envolvem a escola, como também a garantia do acesso ao conhecimento sem precisar negar as especificidades culturais e identidade dos povos Indígenas. Assim, a escola está



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

resgatando a cultura Indígena, fazendo com que os professores tragam para dentro da sala de aula a história que fizeram parte de suas vidas e a dos seus antepassados, ainda em sua fala ela expõe as diversas dificuldades que a escola enfrentava ao fazer esse resgate.

Além disso, contamos com a participação da Senhora Iolanda dos Santos Mendonça, Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Akajutibyró, que fica situada na Baía da Traição. Em que contribuiu com de sua experiência nas ações realizadas na Escola Akajutibyró, levando a refletir sobre a prática do ser um índio professor (aquele que considera apenas a questão da profissão de ser professor) e do ser professor indígena (que volta a sua formação do ser professor para educar para a prática social).

CONCLUSÃO

Concluimos que, esse formato de gestão se faz importante no âmbito escolar, pois possibilita a interação entre a comunidade, na tomada de decisões da escola, tendo em vista a realização de práticas diferenciadas em busca de um objetivo comum, o cumprimento das atividades educacionais de caráter exigidas pelo MEC e outras adicionais flexíveis que mantem viva a cultura da localidade Indígena Potiguara.

Assim, a democracia é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção da cidadania, da justiça e da liberdade compartilhada. Portanto, para que tenha uma gestão democrática é preciso que haja compromisso, ética, responsabilidade e acima de tudo dedicação, para que todos juntos possam fazer com que a gestão democrática diferenciada na escola funcione.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto Secretária de Educação a Distância. **Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político pedagógico.** Brasília: SEED, 1998.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto Secretária de Educação a Distância. **Referencial Curricular Nacional de Educação para Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SECAB, 2005.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **DECRETO No 26, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm> Acesso em: 24 de maio de 2014.

CARMO, Ana Lídia Lopes do. **Gestão Democrática**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/gestao-democratica/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2013.

GRABNER, Maria Luiza. **Educação Indígena**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Educa%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa, 1996.

SÁ, Giedre Terezinha Ragnin. **A gestão educacional na contemporaneidade e a construção de uma escola emancipatória à luz da teoria de Antonio Gramsci**. Campinas: Mercado de letras, 2011.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/ FUNAI, 2008.